

Violência contra mulher em tempos de pandemia

*Beatriz Garcia de Mendonça
Cláudia Lemes da Silva Biffi
Francyele Rodrigues dos Santos
Silvana Aparecida de Lara Silva Gonçalves*

Acadêmicas do 10º semestre do curso de Psicologia pelo Centro Universitário de Várzea Grande (UNIVAG).

Renata Vilela Rodrigues

Graduada em Psicologia pela Universidade Federal de Mato Grosso. Doutoranda e Mestre em Estudos de Cultura Contemporânea (PPG-ECCO/UFMT). Professora Titular do Curso de Psicologia, do Centro Universitário de Várzea Grande (UNIVAG).

RESUMO

A violência doméstica é uma realidade vivenciada por muitas mulheres e, infelizmente, está se estabelecendo e tomando cada vez mais espaço. Este sim é um assunto que nem de longe se tem como suficientemente formado e/ou finalizado no que se refere às discussões sobre o tema, e nem mesmo o esgotamento de suas possibilidades e maneira de se materializar. E é frente a esta perspectiva que trazemos neste estudo a reflexão de como se dá o processo e quais os sentidos atribuídos a esse fenômeno por mulheres que estão em situação de violência. Em específico, adentra as realidades territoriais, ou seja, vivências de mulheres mato-grossenses, tendo como contexto o momento de pandemia, vivida e experienciada em nível mundial, porém subjetivo a cada um, onde esse novo cenário passa a contribuir e fomentar ainda mais a temática que surge frente a este período do distanciamento social. O estudo foi realizado através da produção de dados por meio de coleta de histórias de vidas de mulheres em situação de violência e que estão em acompanhamento pela Assistência Social de um município de médio porte de Mato Grosso. Entendendo que anterior a pandemia à formalização de denúncias, rede de apoio e programas de assistência à mulher em situação de violência já eram sucateados, quase inexistentes, complicados e frágeis, agora se tornam ainda mais difíceis e penosos para o enfrentamento dessa violência. Especialmente, a denúncia já que as mulheres estão mais tempo com seus parceiros e isoladas em casa.

Palavras-chaves: Violência doméstica. Pandemia. Isolamento social. Questões de gênero.

ABSTRACT

Domestic violence is a reality experienced by many women and, unfortunately, it is taking hold and taking more and more space. This is a subject that is far from being sufficiently formed and/or finalized in terms of discussions on the subject, and not even the exhaustion of its possibilities and way of materializing itself. And it is against this perspective that we bring in this study the reflection on how the process takes place and the meanings attributed to this phenomenon by women who are in situations of violence. Specifically, it enters the territorial realities, that is, the experiences of women from Mato Grosso, having as a context the moment of pandemic, experienced and experienced worldwide, but subjective to each one,

where this new scenario starts to contribute and foster even more the theme that arises in this period of social distancing. The study was carried out through the production of data through the collection of life stories of women in situations of violence and who are being monitored by Social Assistance in a medium-sized municipality in Mato Grosso. Understanding that before the pandemic formalized complaints, the support network and assistance programs for women in situations of violence were already scrapped, almost non-existent, complicated and fragile, now they become even more difficult and painful to face this violence. Especially, the complaint since women spend more time with their partners and isolated at home.

Keywords: Domestic violence. Pandemic. Social isolation. Gender issues.

Introdução

Este artigo debate sobre a violência contra a mulher em contexto intrafamiliar no período da Pandemia, a partir de orientação teórico-metodológica dos aportes feministas e foucaultianos. Ao considerar o cenário atual envolvendo o Novo Coronavírus que deriva a doença infectocontagiosa COVID-19 (Sars-CoV-2) e visando o contingenciamento do contágio, teve como consequência e medidas de prevenção tomadas como imprescindíveis para a redução quanto ao número de infectados ditas pelas autoridades governamentais e de saúde, o distanciamento social, tornando-se este um fator muito importante ao analisar e discutir o tema proposto sobre a violência doméstica e familiar, uma vez que isoladas, essas mulheres passaram a ter uma vivência ainda maior com seus agressores dentro de suas residências (BRASIL, 2020).

Com isso, e envoltos na indispensabilidade em poder debater e alargar a discussão sobre o desenvolvimento histórico dos papéis impostos e aceitos socialmente à mulher, bem como atentar-se ao compromisso ético esperado da categoria do profissional Psicólogo em fomentar e assegurar os direitos humanos que dar-se-á relevância e origem deste trabalho. Desse modo, objetivamos problematizar sobre as violências conjugais direcionadas à mulher, o qual corresponde ao elemento central de interesse da presente pesquisa.

Vale ressaltar que muitos estudos apontam a origem desse fenômeno numa perspectiva relacionada puramente a desigualdade de gênero e não apenas oriundas de contextos socioeconômicos periféricos. Entretanto, a violência se trata de um comportamento estabelecido e naturalizado na estrutura social que está presente simbolicamente, infelizmente, em diversas culturas e cotidianamente praticadas para com todas as mulheres. Nesse sentido, alguns estudos não levam em consideração aspectos de classe, raça, religião, posicionamento

político, dentre tantas outras composições do sujeito, se não a de gênero. É válido destacar que, embora essas violências estejam centradas nas desigualdades de gênero, principalmente, e posta à todas as mulheres sem distinção alguma, muitas ainda sofrem duplamente ao somar a violência doméstica e familiar com outras, como: a classista, racial, xenofóbica, transfóbica, lesbifóbica e étnica que abarcam outros tipos de discriminações, intolerâncias, violências e segregações sociais demarcadas pela tradicional filosofia de base elitizada, branca, patriarcal e heteronormativa.

Aproveitamos ainda, para trazermos aqui discussões atuais que passam a entender a violência contra mulher, a partir da perspectiva da interseccionalidade. Esta parte do entendimento de que dado fenômeno, por mais carregado de questões de gênero e afins, como pontuado, também nos possibilita articular outras questões que entrecruzam e permitem lançar luz a construção dessa dinâmica, as quais também possuem relevância e devem ser acrescentadas à discussão, como o caso do feminismo negro, que luta pela igualdade de gênero, mas também, se não principalmente, surge como posicionamento de crítica ao feminismo de origem - por assim dizer - que não atendiam as expectativas das mulheres negras e nem as representavam, uma vez que não incluíam no rol de suas pautas questões específicas da vivência dessas mulheres negras em seu território e fora dele também, o que acabará por contribuir para a desvalidação, marginalização e exclusão de suas experiências de vida. Dessa forma, contribuiu para a manutenção do racismo estrutural e para a consolidação favorável da lógica capitalista frente a existência hegemônica de corpos para maior controle social, restando aos seres “desviantes” as violências para controle, por meio da força e o preconceito para o negligenciamento de vidas únicas (BARBOSA et al., 2020; DAVIS, 2017).

Essa perspectiva diz sobre “o significado de ‘mulher’, que deve levar em conta fatores econômicos, políticos, culturais, físicos, subjetivos e de experiência” (BARBOSA et al., 2020, s/p), pois até então fora enxergada apenas pelo ponto de vista binário, se fazendo necessário sair um pouco desse viés e explorar outros pontos que também contribuem e validam a existência dessa violência. Além disso, crítica a posição tomada pelo movimento feminista de categorizar a mulher, como se essas fossem enquadrada em um único e concreto modelo de existência, excluindo a existência de suas subjetividades plurais de ser e estar no mundo a seu próprio modo, sendo esse particular e de construção/transformação, como a de vir a ser mulher, como bem coloca a escritora e feminista Simone de Beauvoir (1949, p. 267) “ninguém nasce mulher: torna-se mulher”. Com isso, entendemos que são diversos os sistemas de poder encontrados e que devem ser alocados na discussão, não de modo

generalista, mas sim no resgate das singularidades dessas vivências, valorizando as diferenças e potencializando um olhar processual sobre o fenômeno posto em debate (BARBOSA et al., 2020).

Na amplitude do tema, e entendendo a complexa gama que envolve os tipos de violências domésticas e familiares existentes, podendo essas serem: físicas, verbais, psicológica, patrimoniais, institucionais e/ou sexuais, que esta pesquisa indaga sobre a violência dentro dos relacionamentos conjugais, relacionando seu agravamento a partir do período pandêmico e de isolamento social advindo de restrições impostas como medidas de prevenção, quanto a redução infectocontagiosa pelo Novo Coronavírus (BRASIL, 2020).

Mesmo a violência conjugal sendo de origem privada, nos dias atuais esta é considerada de ordem e preocupação de saúde pública. Entretanto, as violências que ocorrem em seio familiar ainda perduram muito receio de intervenção comunitária e coletiva, pois essa também é velada pela mesma comunidade (NOBRE; BARREIRA, 2008). É possível observar que não há mudanças ainda quanto essa perspectiva, e sim, um aumento na questão da violência contra a mulher que vem se agravando cada vez mais e tornando-se alvo de muitas pesquisas, tendo em vista a presença cotidiana desta temática viralizando nos meios de comunicação e ampliando os debates sobre o alto índice de feminicídios e violências de ordem físicas e emocionais alarmantes devido ao isolamento social imposto pela nova configuração de realidade em virtude da pandemia, mas este apenas serviu para destacar ainda mais uma realidade já existente há tempos, porém que ocorria de modos mais velado e quase sempre sem interferência pública.

Ao analisar como o preconceito, a discriminação e a intolerância constituíram predicativos da violência contra a mulher, Silva (2010), mostra que, apesar dos avanços sociais, políticos e judiciários no combate à violência, ainda há a necessidade de construção e implementação de instrumentos efetivos na promulgação dos direitos das mulheres que rompam com as violências entre gênero construídas historicamente pela humanidade e pelos discursos científicos. O que, segundo o autor, só é possível de ser pensado a partir de pesquisas que apontem a realidade do atendimento e reinserção sócio-afetiva de mulheres que sofreram e/ou estão em situação de violência.

Considerando isso, esta pesquisa problematiza quais os sentidos dados pelas mulheres quanto às violências sofridas e, indagamos: Será que as dificuldades para se combater a violência doméstica baseiam-se na ausência de denúncias por parte dessas vítimas? Quais os obstáculos que essas mulheres mais enfrentam frequentemente? Os fatores sociais, culturais,

religiosos, coletivos, institucionais, socioeconômicos podem também contribuir para esse tipo de violência? Estes são alguns dos questionamentos levantados e que pretendemos construir e responder a partir das narrativas das mulheres em situação de violência.

Bandeira (2014) aponta a existência de discursos patriarcais e conservadores nos serviços públicos que atendem a mulher em situação de violência, nos quais opera o ideário de que as mulheres são responsáveis por provocar a agressão, bem como coloca a carência dos equipamentos e dispositivos necessários para ofertar um trabalho em rede e intersetorial no atendimento e acompanhamento dessas vítimas, dando destaque a um problema de saúde, segurança e justiça em todas as esferas.

Assim sendo, este trabalho consiste em colocar para discussão e reflexão a problemática sobre a violência contra a mulher e dispor de dois indicadores teóricos de construção como pontos de partidas, sendo eles: *A mulher como objeto de controle e poder*, atento ao sistema de saber/poder estrutural masculino, nos valendo das obras de algumas feministas brasileiras para tais análises e *Movimentos Feministas e a Política: construindo um saber localizado*, com base na construção e contribuições das lutas dos movimentos feministas na realidade ocidental no escopo teórico para uma emancipação humana. Analisamos, ainda, no tópico *Contando as histórias de mulheres mato-grossenses* as narrativas de mulheres em situação de violência acolhidas pela rede de Assistência Social em um município de médio porte de Mato Grosso, correlacionando a teoria com a real vivência desses sujeitos, considerando a situação atual, com intuito de compreender as múltiplas dimensões das práticas individuais e culturais, desfazendo-se com as visões binárias entre privado/público, subjetividade/política, razão/emoção (RAGO, 2011), provocando estas mulheres, nesse sentido, em poder refletir sobre os sentidos que atribuem à violência e como lidam com essa.

A mulher como objeto de controle e poder

No que diz respeito à segregação dos corpos femininos pelo patriarcado, estando essas submissas a ele, isto não se tem como novidade alguma, mas ressoa como afrontoso no momento que se torna uma inquieta problematização de anos, visto que atinge os parâmetros ortodoxos e tradicionais já estruturados por décadas. O que propomos aqui é refletir alguns pontos de importância na trajetória árdua sobre a emancipação e/ou ascensão social feminina e seu “lugar” na sociedade, numa perspectiva anterior e contemporânea, dadas as correlações

que se estabelecem entre si. Bem como, comprometidas a elucidar o que temos por imaginário social acerca dos papéis conservadores impostos sobre essas mulheres e seu corpo que, obviamente nos remete ao ponto crucial deste trabalho, as violências que estas sofrem diariamente e que, sob justificativa são formulados discursos de ordem que se dirigem à culpabilização da vítima.

O corpo feminino, assim como seus desejos e prazeres, sempre foi sujeito as manifestações de imposição, subordinação, sujeição, exploração, exclusão, dentre tantos outros modos de segregação humana dadas por terceiros, esse o homem e cristalizado pela sociedade; sendo colocada como símbolo de objetificação e estando sob o domínio do patriarcado culturalmente estabelecido e socialmente aceito. Isso se deu, pois desde os tempos mais longínquos, para as mulheres foram sendo designadas apenas a rejeição, além de competências e/ou atribuições conferidas pelas normas vigentes, como exemplo, os afazeres domésticos, o cuidado dos filhos, da casa e da família. Essas mesmas normas eram criadas pelos homens, de modo que, com as mesmas, eles pudessem se favorecer de algum modo. Esses que as ditavam dispunham de um lugar de privilégio, pois era mantida a lógica tradicional do conservadorismo histórico instaurado desde sempre e a eles eram destinados os saberes, a possibilidade de obter conhecimento, de estudar, ou seja, a hegemonia do poder masculino sempre foi norteadora dos processos que mantêm as desigualdades sociais e de gênero ainda bem atuais (BANDEIRA, 2014; NARVAZ; NARDI, 2007).

Narvaz e Nardi (2007) que até mesmo a construção do saber na ciência sobre a mulher, seus corpos e desejos é feita por práticas segregacionistas, androcêntricas e egocêntricas, já que está, em sua maioria, coloca o homem como centro de sua teoria, favorecendo-o, em tempo que fortalece a lógica hierárquica do homem e enaltece a erótica masculina valorizando a visão falocêntrica, além de trazer a concepção de sujeitos ativos e passivos nas relações e, ainda obliterar as subjetividades femininas, bem como suas contribuições particulares enquanto ser humano de vivências outras (NARVAZ; NARDI, 2007).

Mesmo entendendo que a violência contra a mulher ocorre por diferentes óticas, é indiscutível dizer que esta deriva de uma relação indissociável ao gênero (SUNDÁRIO, 2005). Talvez, porque essas ocorrem em diferentes níveis, ambientes e formas, mas indubitavelmente, ocorrem! E são justificadas como uma conduta de legítima defesa quanto a honra masculina, como ocorria nos julgamentos desses crimes desde a década de 1970 até os dias atuais, apenas reformulados e sutilmente mascarados, mas contaminados pela lógica dos

discursos estabelecidos ao longo do período histórico (BANDEIRA, 2014). A violência doméstica e familiar é uma realidade de muitas mulheres, e se mostra, em muitos casos, como “sutil” em termos de denominação a essa. Muitas mulheres sentem dificuldade em identificar relações de violências, seja ela qual for, dificuldade que devemos pontuar que perpassam muitos pontos, mas principalmente, o medo.

Com isso, quando falamos em Violência Intrafamiliar entende-se por toda aquelas relações violentas que se estabelecem dentro do âmbito familiar, e mais especificamente ainda, quando se trata de estupro conjugal e/ou intimidação sexual, essa identificação se mostra ainda mais deficiente, pois muitas mulheres não se veem nesta condição, pois são levadas a crer, e corrompidas pelo ideário social, fomentado por instâncias, como: a família, religião e culturalmente propagado, de que se está casada deverá cumprir com as ditas funções matrimoniais, como exemplo, o coito (relações sexuais), ainda que este não seja consensual, espontâneo, natural e livre para ambos os cônjuges, o que acaba por naturalizar e legitimar ainda mais esse tipo de violência.

Nesse sentido, visualizamos as relações de poder que se estabelecem entre gêneros, e que determinam e justificam ainda na condução de atitudes violentas com base em preconceitos que se formulam a partir da perspectiva do campo familiar e validadas pelas diferenças de gênero-sexo, essas distintas, porém que se articulam. A primeira se trata de concepções atribuídas e relacionadas ao sexo do sujeito, do qual se espera socialmente, que esse cumpra uma espécie de função e/ou papel masculino ou feminino, o que reforça ainda mais as estruturas-simbólicas misóginas estabelecidas. Já a segunda, refere-se ao sexo desse sujeito que veio ao mundo, macho ou fêmea, homem ou mulher. A mulher, por sua vez, é tida como corpo reprodutor e sexual, isso mesmo, todo o seu ser reduzido apenas a isto e desvalorizada como sujeito (BANDEIRA, 2014). Pela ideia binária e hierárquica imposta sobre os sexos, o mesmo é universalizado, focando-se nas experiências dos homens e excluindo todas as formas de existência feminina como sendo também legítimas.

Para além dessas considerações sobre a construção e manutenção das violências sofridas por mulheres, temos ainda que identificar seus modos outros de sustentação e validação, por exemplo, as violências com base racista, classista, xenofóbica, lesbofóbica, transfóbicas e as minorias étnicas: quilombolas, indígenas, afrodescendentes, Mulheres/Pessoa com Deficiência -PCD e mulheres transexuais que atravessam ainda mais e contribuem com a formulação desse fenômeno. Cabe salientar que, embora já pontuamos que a violência doméstica está isenta de classificação, uma vez que não se distingue e todas as

mulheres, de todas as classes, etnias e condições estão sujeitas, porém o que detemos como eminente aqui é ponderar que há sim questões outras que perpassam esse fenômeno, como citado, a exemplo as minorias pobres e marginalizadas, e por assim dizer todas aquelas pelas quais foram por muito tempo também segregadas e excluídas socialmente.

A mulher foi cada vez mais colocada como objeto de exploração e seu corpo era visto apenas como fonte de prazer sexual. Muitas mulheres desde a infância sofrem pela perseguição machista, e durante toda a vida vivem a sombras de atentados horrendos, como o estupro. Visto que essas mulheres sofrem desde seu nascimento, e depois ao longo da vida. É sabido que o movimento antiestupro vem como ativismo e militância na contramão dessa apropriação dos corpos femininos, na tentativa de aniquilar essa ideia de que o corpo feminino deve estar sujeito e a mercê do “homem” a todo custo e a qualquer momento (DAVIS, 2017). Colocamos homem entre aspas porque identificamos que essa submissão não é apenas na figural real de um sujeito que foi identificado com um determinado sexo, mas também aos símbolos e signos que essa expressão carrega em nossa sociedade, ou seja, o poder/saber que é conferido simbolicamente a figura masculina, a exemplo das mulheres na ciência que tiveram que assinar pseudônimos masculinos para que suas teorias fossem lidas e aceitas.

Com isso, as mulheres passaram, segundo Gurgel (2010), às reivindicações, pois se colocavam e tinham consciência dos processos excludentes aos quais eram/são postas, e não se consideravam como meros objetos de manipulação apenas, mas sim sujeitos de voz e luta. E foi assim que surgiu o movimento feminista, ao qual deve-se créditos por ter dado lugar as questões problemáticas tidas na estrutura social e maior visibilidade aos modos de existência/experiência das subjetividades femininas, tendo como principal objetivo a emancipação humana, ainda que esses, num primeiro momento, tenha sido estritamente acadêmico.

Movimentos Feministas e a Política: construindo um saber localizado

Os primeiros sinais do movimento feminista surgiram nos anos de 1789 durante a Revolução Francesa, considerava-se que este fosse apenas um movimento de reivindicações, porém com o tempo, a urgência e dada importância de problematizar o tema, acabou se tornando uma filosofia econômica, social, intelectual e política de mulheres e homens que lutavam pela igualdade e participação social das mulheres (GURGEL, 2010). Desde então e ao longo da história, foram retratadas várias batalhas ao qual a mulher vem traçando para que

sua voz seja ouvida e seus direitos alcançados. Como exemplo, citamos as grandes marchas e lutas que foram travadas pelo público feminino, desde o séc. XIX, na busca pelo direito ao voto. No Brasil, mais especificamente, essa luta passou a vigorar tendo suas primeiras manifestações em 1910, nas quais as mulheres lutavam para terem assegurados o direito ao voto, direito esse conquistado arduamente, em 1932 (PINTO, 2010). E, apesar de uma batalha árdua com algumas conquistas, o direito da mulher ainda é um impasse que denota muita luta até os dias atuais.

Ademais, em 1963 foi escrita a "bíblia do feminismo"¹ como era conhecido na época. Neste momento, ser feminista poderia ser visto como um ideal de vida, pela qual a liberdade era o ponto crucial dessa temática, e questões como trabalho, vida pública, educação e autonomia, que até então eram somente discutidas entre o sexo masculino, passaram a ser pautas entre as mulheres (PINTO, 2010).

Essas considerações nos remetem a algumas discussões, e o faz em síntese, ao explorar de forma mais corriqueira a política. É interessante observar as seguintes determinações: O que é política? O que é ser uma pessoa política? Neste mesmo momento podemos perceber uma diversidade de temas, porém com um resultante em comum, a política. Seria um paradoxo pensar nessas questões, pois volta e meia, voltaremos ao mesmo fim?

Em resposta, a política tem múltiplos sentidos desde a antiga Grécia, até os tempos atuais. Nos tempos antigos, quando surgiram as classes sociais que ainda hoje são separadas por capital financeiro, em Atenas na Grécia, foi desenvolvida a democracia ateniense, nos quais homens maiores de 18 anos participavam e tinham direitos e igualdades dentro da política, para que no fim tivessem no governo da cidade, o “bem comum dos cidadãos”. Isto foi um marco na história, pois abriu um leque para as conquistas que foram alcançadas desde então. Podemos colocar a política como relacionamentos. Uma conquista de algo que quer muito, um interesse em comum dentre os cidadãos ou até o casamento, então conclui-se que ser político, é o ato de se manifestar em qualquer área no qual o foco é um ato de tomar decisões, e de utilidade pública (COLLIOT-THELENE, 1999).

Entretanto, apesar de um grande triunfo, ao qual foi conquistado pelos homens, como já explicamos, as mulheres precisaram passar por lutas e manifestações de grande impacto, que permeavam por uma longa data, até que se tornasse audível a partidários. Mas, vale

¹ Este foi o livro da escritora e feminista Simone de Beauvoir intitulado *O Segundo Sexo* e publicado pela editora Nova Fronteira, sendo a primeira vez em 1949, popularmente conhecido, o qual abre uma brecha e nos possibilita pensar sobre suas implicações quanto ao aprisionamento das subjetividades femininas quando entendido por “bíblia” um livro que rege doutrinas a serem vividas sem questionamento crítico e/ou flexibilidade.

ressaltar, que essa batalha foi apenas o começo de uma grande mobilização, que os fins eram bem maiores que ter uma voz política. A busca também era para que se tornassem dona do seu próprio “eu”. Sim, no sentido genuíno da palavra, a mulher não tinha essa dominação de si ou autonomia para escolher coisas além de uma vida doméstica. Além disso, por muito tempo fora vista como um “patrimônio” de seu cônjuge. Com isso, o fator resultante se sujeita a posse e a banalização da violência.

O agressor, o corpo que a sociedade conduz e forma para ser o macho *alpha*, ou seja, tudo que não se enquadrar a isto, não é ser homem, portanto um ser sem valor e aceitação perante a sociedade. Por sua vez, surge a perspectiva de que este é o provedor, o homem viril, que deve realizar a guarda da família, mesmo que essa guarda dispense a lógica humana relacional. Os homens ditaram, e ainda ditam as leis, sustentando o patriarcado e junto a isso as formas discriminatórias e excludentes que existem, mas curiosamente velada, porém não muito. Conforme Millet (1970 *apud* NARVAZ; NARDI, 2007, p. 51) “o patriarcado - principal filosofia da opressão de gênero - é um modo predominante, geográfico e histórico, de relacionamentos, nos quais a política sexual implica no fato de que os homens estabelecem as regras de poder e controle social” cabendo ao homem - detentor do saber - a conquista e as mulheres a subordinação, assim como a natureza. Numa análise das relações de saber/poder Michel Foucault mostra que não existe a construção de uma verdade sem o poder, e o poder sem verdade (*apud* NARVAZ; NARDI, 2007). Entretanto, Arendt e Moraes (2016) nos mostram que toda verdade deve ser questionada, acrescida de certa sensibilidade para compreender a complexa, contraditória e polêmica por trás de tais “verdades”.

Em contextos mais atuais, vivemos a pandemia do novo Coronavírus (Sars-CoV-2) que deriva a doença infectocontagiosa COVID-19, uma incógnita desde o início para todos. Em razão disso, e com a indicação em nível global de uma possível crise de saúde pública enunciado pela Organização Mundial de Saúde (OMS), mudanças relativamente drásticas no cotidiano da população tiveram que ser postas, dentre as quais destacamos o isolamento social, que esteve dentre as principais medidas elencadas como necessárias e importantes como estratégia de mitigação, redução e contenção da doença. Dito isto, e considerando que a população em sua maioria teve que se isolar em seus lares, as mulheres passaram a vivenciar novas ou velhas rotinas, cada vez mais intensas com seus parceiros, como exposto pelo relatório emitido em abril de 2020 pelo Fórum Brasileiro de Segurança Pública.

Parafraseando uma questão levantada por Donna Haraway *apud* Arendt e Moraes (2016, p. 15) em seu projeto ético-político, e que entendemos ser conveniente ao tema,

indagamos “como é possível existir no mundo mulheres vítimas e homens agressores?”. Devemos considerar a partir de então um novo ponto de partida, esse a exploração das situações e o porquê das coisas serem como são, ao invés de prescrever moralidades e/ou julgamentos sobre sua existência.

O histórico ontológico da estrutura patriarcal enraizada na sociedade foi e é fecunda desde de quando? E principalmente, porque vigora? Segundo teorias filosóficas a ética e a moral, dão base à teoria de que a primeira se refere à maneira de ser, já a segunda a essência extraída deste organismo vivo. Para a ética se faz necessária a suspensão de juízo de valor superior e/ou julgamento, enquanto para a moral é o literal do próprio julgamento (ARENDR; MORAES, 2016).

Donna Haraway *apud* Arendt e Moraes (2016) diz que todo conhecimento é intra-relacional, ou seja, não se constrói conhecimento anulando as conexões das experiências subjetivas. Ainda, continua dizendo que o conhecimento só pode partir de uma determinada localidade, o que significa que só se visualiza o que se pretende ver, como podemos conferir com suas indagações: “de onde você vê? Seus olhos estão imersos, tecidos, em que relacionalidade?” (p. 18). O que Haraway (1995) propõe é a construção de um saber que é localizado, no que se refere aos postulados científicos e sociais sobre a mulher, seu desejo e seus corpos, a autora argumenta que esse saber precisa ser categoricamente retrabalhado no sentido de questionamento das estratégias e explicações biologizantes ao se conceber o feminino e seu aparato corporal.

É preciso, segundo a autora, perder os postulados científico e social de que o corpo feminino é uma página em branco para inscrições sociais. Questionar as descrições biológicas, sociais e culturalmente autorizadas a respeito de sexo na construção de mundos menos organizados por eixos de relações poder/saber. Uma das facetas destas relações de saber/poder que incidem na mulher podem ser visualizadas nas práticas de violência, e como estas influenciam no processo de subjetivação do feminino. Em outras palavras, as descrições discursivas concebem a maneira como os corpos, sexos e desejos femininos são constituídos e/ou devem ser constituído, autorizando relações e práticas violadoras dos direitos das mulheres, direito, aqui, entendido como aquele que possibilita à mulher criar novas formas inventivas sobre sua sexualidade e seu prazer (FOUCAULT, 1982).

Haraway traz uma perspectiva sobre o qual podemos maravilhosamente entender o fenômeno proposto neste trabalho, o qual a mesma coloca com a sensível citação: “retornar nossa humanidade significa retomar a palavra homem não como *homo sapiens*, mas como

humus, adubo, híbrido, aquele que trabalha na terra e que com ela se mistura” (*apud* ARENDT; MORAES, 2016, p. 19). O que a autora quer dizer é que para se ter um processo de desconstrução de conhecimentos já estabelecidos, antes se faz necessário o encontro e a identificação do corpo como uma mera parte de um todo, “*G/humano*” é o ser que se coloca nas e pelas relações, e a partir dessas os corpos se constituem completos (HARAWAY, 1995 *apud* ARENDT; MORAES, 2016).

Nesse sentido, a pesquisa que será apresentada neste trabalho intenta abordar a constituição das subjetividades e as práticas de saber/poder em que se configura e reatualiza na violação dos direitos de mulheres, problematizando as construções discursivas naturalizantes e homogeneizadoras que incidem sobre elas, seus corpos e prazeres. Utilizamos, para isso, as narrativas como um ato político e estético, pois entendemos que, ao possibilitar às mulheres espaços para que falem por si mesma sobre suas histórias, vida e vivências, repositivarmos estas em seu lugar político e de direito, na acepção foucaultiana.

Metodologia

Para este trabalho realizamos uma pesquisa qualitativa, de cunho exploratório-explicativo, apoiando-se na produção de dados por meio da técnica de narrativas. O corpus desta pesquisa é composto por histórias de três mulheres que sofreram e/ou sofrem violência por seus parceiros afetivos e em acompanhamento pela rede de Assistência Social de um município de médio porte em Mato Grosso. As histórias foram coletadas por meio de conversas entre pesquisadores e participantes, de modo individual. Para coletar os dados utilizamos gravadores para que pudéssemos transcrever e analisar os resultados obtidos.

Iniciamos a produção de dados em abril de 2021, encerrando-se em junho de 2021. Para produção das histórias, em um primeiro momento, entramos em contato inicial com as unidades e as gerentes dessas. Após o reconhecimento do local, agendamos as datas para então realizar a produção dos dados. No primeiro encontro, nos apresentávamos às mulheres ali presentes e explicávamos sobre nossos objetivos em estar ali. Com o Termo de Consentimento Livre Esclarecido (TCLE) em mãos também esclareceríamos demais dúvidas oriundas da pesquisa e coletávamos as assinaturas das que livremente aceitavam participar, e então recolhíamos uma via e entregávamos outra a cada uma delas devidamente assinada.

O presente estudo foi submetido ao Comitê de Ética em Pesquisa (CEP/CONEP) do Centro Universitário de Várzea Grande e aprovado, sob número do parecer 4.588.990 e Certificado de Apresentação de Apreciação Ética (CAAE) 43570721.8.0000.5692, sendo realizado com financiamento próprio. Ainda atendendo aos demais princípios éticos dispostos na Resolução nº 466 de 12 de dezembro de 2012, do Conselho Nacional de Saúde do Ministério da Saúde, que regula os determinantes para se realizar uma pesquisa científica com seres humanos.

Este trabalho se insere num conjunto de estudos psicossociais, de orientação teórico-metodológica a partir dos aportes feministas e foucaultianos. Desse modo, as pesquisadoras coletaram e analisaram dados baseados nas interações sociais e significados que as pessoas dão a determinados fenômenos, deixando as participantes falarem livremente e explorando aquilo que elas consideraram importante (GIL, 2008). Durante todo o processo de pesquisa, realizamos também a descrição e registros das atividades desenvolvidas, de modo individual, em diários de bordo, os quais se valeram de um outro recurso para compreender os aspectos envolvidos ao processo da pesquisa, bem como dizer sobre os sentimentos e perspectivas das pesquisadoras sobre a mesma.

No que se refere às histórias de vida, essas são um método dos estudos acerca da mulher que permitem a constituição da subjetividade e do trabalho sobre si podem ser analisadas como estratégias de resistência do poder/saber, na medida em que permitem aos sujeitos da pesquisa um meio de abertura para o outro a partir de sua própria experiência de vida. Já que narrar a própria vida implica “entrelaçamento com as experiências sociais e com as vivências cotidianas em que figuram múltiplos personagens” (RAGO, 2011, p. 07).

Arendt e Moraes (2016) mostram que contar histórias é um dispositivo potente nas pesquisas na medida em que, não apenas possibilita visualizar modos de ordenação da vida, como dá visibilidade aos encontros e desencontros. Ou seja, narrar histórias recompõem vidas, re-ligam e re-conectam o sujeito a suas lembranças e, a nós pesquisadores, com estas. Nessa direção, os autores argumentam que narrar “é um projeto ético, político e epistemológico de recompor o mundo em que vivemos” (ARENDR; MORAES, 2016, p. 21).

Foram incluídas nessa pesquisa mulheres a partir dos 18 (dezoito) anos de idade que tenham sofrido algum tipo de violência pelo cônjuge ocorrida no período da pandemia, que estejam em acompanhamento pela rede de Assistência Social e dispostas a participar da pesquisa. Foram excluídas mulheres com menos de 18 (dezoito) anos de idade, que sofreram

outros tipos de violências e/ou fora do contexto intrafamiliar e que se recusaram a assinar o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE).

Como substrato teórico-metodológico, esse estudo é orientado pela análise do discurso foucaultiano, que se preocupa em compreender e analisar o discurso em sua irrupção de acontecimentos, na pontualidade com que ele aparece e na dispersão temporal que lhe permite ser repetido, sabido, esquecido, transformado, apagado (FOUCAULT, 2000). Mais especificamente, “designa o tema geral de uma descrição que interroga o já dito no nível de sua existência; da função enunciativa que nele se exerce, da formação discursiva a que pertence, do sistema geral de arquivo de que faz parte” (FOUCAULT, 2008, p. 14). Nessa perspectiva, percebe-se que a arqueologia e a genealogia são instrumentos metodológicos de análise das práticas e formações discursivas e não discursivas. Os estudos de Foucault ajudam a tomar o sujeito como efeito de formações discursivas que emergem de jogos de forças tecidas na prática e que se atualizam a cada nova relação cultural, política e econômica (FOUCAULT, 2008; 2012).

Utilizamos em articulação com a análise dos discursos, os estudos feministas uma vez que possibilita colocar em discussão o modelo tradicional biologizante de se conceber sexo e gênero dominante nas ciências. A teorização feminista é entendida nesta pesquisa como uma prática discursiva que assume uma dimensão política, atua como um dispositivo problematizador do pensamento moderno que cria determinadas identidades sexuais heteronormativas e gera efeito de poder/saber sobre a mulher e seu corpo (LEACHE; LLOMBART, 2006). Bem como, permite problematizar a noção “universalizante do sujeito a partir do sujeito masculino, que desconsidera a multiplicidade da experiência feminina, quer em sua forma particular de eroticidade, de racionalidade ou de suas práticas de resistências” (NARVAZ; NARDI, 2007, p. 54).

Ambos suportes teórico-metodológicos, feministas e foucaultianas, possibilitam a análise das violências intrafamiliares a partir de uma perspectiva dialógica e localizada, considerando as relações de saber/poder existentes, e o processo histórico e social de formação das práticas discursivas e não discursivas em torno do fenômeno estudado. Em outras palavras, permitem interrogar as práticas de saber/poder e os regimes de verdade, em seus efeitos políticos, institucionais e culturais.

As histórias de mulheres mato-grossenses

Trazemos a dimensão das narrativas de histórias neste trabalho porque estas, segundo Arendt e Moraes (2016), têm como potência um rompimento das relações de saber/poder sobre a mulher e seus corpos, que naturalizam e reatualizam incessantemente as práticas de normalidade já estabelecida, pois o processo normalizante resulta em algo que denota exclusões, suscitando em algo que deriva de uma falta e/ou desvio. A narrativa quebra essa lógica e encontra novas formas, e nas palavras dos autores supramencionados “torna-se incerta”, com vistas a produzir inquietação de um algo que já se tinha como pronto, definido e finalizado.

A narrativa toma novos rumos e perspectivas diferentes, fugindo da noção de certo ou errado, apenas diferente, “não há um só modo que não seja capaz de distinguir o verdadeiro do falso, o bem do mal à sua maneira” (ARENDR; MORAES, 2016, p. 22), pois “narrar é um projeto ético, político e epistemológico de recompor o mundo em que vivemos”, com isso torna o mundo mais denso, e o tornando denso o mundo se torna mais humano pelas relações que se estabelecem entre os indivíduos. Instituída pela moralidade pertencente aos modos de existência humana, é preciso colocar a questão do que foi feito, se o que foi feito foi bem feito, se não seria possível refazer as fronteiras do que é um corpo, as fronteiras entre eficiência e deficiência (ARENDR; MORAES, 2016, p. 21). É nessa direção que trazemos, aqui, três narrativas: a de Maria da Penha, Elisa Sánchez Loriga e Frida Kahlo.

Narrativa 1: Maria da Penha

Como já sabemos Maria da Penha foi uma mulher vítima de violência doméstica, mas que felizmente todas as suas dores e lutas nos trouxeram a Lei nº 11.340/2006 ou Lei Maria da Penha (LMP), que tem sido muito importante no processo de libertação da violência em contextos intrafamiliar, já que a mesma nos trouxe esperança e possibilidade de que outras “Marias” pudessem ter a oportunidade de rompimento com ciclo de violência, assim como Barbosa e Borges (2016, p. 208) nos traz “A Lei nº 11.340/2006 surge num contexto de euforia e otimismo, afinal foi resultado da luta de mais uma Maria do Brasil que sofreu duas tentativas de homicídio, restando paraplégica”. Neste sentido, analisaremos agora a história de mais uma Maria do Brasil e atribuímos o nome a nossa primeira história de Maria da Penha, como garantia do sigilo.

Maria foi casada com um companheiro do sexo masculino por mais de dez anos, e juntos tiveram dois filhos, um que está com treze anos de idade e outro com vinte anos. Ao iniciar sua narrativa ela respira fundo, no sentido de estar se preparando para começar a falar sobre um assunto delicado, a mesma relata que a violência começou a cerca de dez anos atrás:

“Foi uns 10 anos acredito eu, mas eu não percebi, fui levando para manter a família, fui levando, levando os insultos, os xingamentos, a falta de respeito e com o passar do tempo foi piorando cada vez mais e eu para manter a família continuei, continuei acredito, porque eu não tinha conhecimento” (Maria, 42 anos).

Neste relato, é possível notar que a princípio Maria não tinha ciência de que estava vivendo uma situação de violência doméstica, até então ela considerava como algo normal dentro de um relacionamento e que para mantê-lo teria que suportar. Esta situação pode se dar pela dependência emocional do cônjuge, que diminui a possibilidade de buscar o rompimento do ciclo de violência e assim elas, geralmente, tentam se adaptar à relação para manter a família, já que culturalmente a mulher ainda é criada para formar uma família. Sendo assim, o rompimento de tal relação pode ocasionar em um medo maior do que o da própria violência (GOMES, et al., 2013). Maria continua e traz alguns pontos relevantes a serem observados:

- *“Eu achava que tudo aquilo era normal e começou os insultos, uma agressãozinha daqui, outra dali e por último passou também a toda briga termina em agressão, xingamentos e insultos, e por último, foi ele não querendo discutir na frente de ninguém, ele me colocava no carro pra gente conversar e no carro ele falava, ele fazia, ele acontecia. E ele é do tipo que não sabe receber um “não”, eu falava que não queria mais, aí ele passou a me jogar dentro do carro, me agredir, me insultar”* (Maria, 42 anos).

- *“A última vez ele foi comigo andar aqui no bairro e eu queria pular do carro naquela situação, porque eu não suportava mais ouvir tanta baboseira, olha eu tive que ser muito forte pra não fazer besteira de não pular do carro em movimento, aí chegou, desse dia pra cá eu passei a desejar morrer do que viver daquela maneira. Aí eu pensei: poxa vida! Algo tá bem errado pra eu querer chegar a esse ponto, eu morrer pra ver o outro inteiro, não é legal eu ter que me diminuir ao ponto de não existir, pra ele continuar fazendo e acontecendo”* (Maria, 42 anos).

A violência sofrida por Maria foi se dando aos poucos dentro da relação, primeiro foram alguns insultos, depois uma "agressãozinha" daqui e outra dali, até que em todas as brigas passou a haver agressão física, chegando ao ponto dele já não discutir mais na frente das pessoas para depois agredi-la em silêncio dentro do carro. Nesse mesmo sentido, Gomes et al. (2013), mostram a existência de um sentimento de culpa na mulher pela situação e a

somatização de tudo pode ocasionar em ideações e tentativas suicidas. Foi justamente isso que aconteceu com Maria, ela já pensava e inclusive chegou a planejar uma tentativa de suicídio durante uma das brigas, dentro do carro, a partir disso ela passou a questionar-se a respeito da normalidade ou não da violência que estava vivendo:

- *“Aquele dia também foi uma das vezes que eu percebi que não estava legal, aí eu fui e fiz um B. O. Por último, desse do carro eu peguei e falei não, não tá legal, eu queria morrer, não é normal isso, aí eu fiz o B.O. com medida protetiva, até porque ele tinha falado que não ia mais sair de casa, e chegou um momento que eu tenho que decidir até que ponto. Eu tinha que tomar coragem, porque a gente deixa fazer com a gente o que a gente acha que merece”* (Maria, 42 anos).

Além dessa situação em que ela registra o boletim de ocorrência contra seu agressor, teve um outro momento, no qual Maria conta como foi o ápice da situação para o fim desse ciclo de violência.

- *“Uma bela madrugada levantei para ir ao banheiro, voltei ele estava com o pé no meu travesseiro já, aí fui peguei o pé dele com cuidado pra não acordar a fera, puxei para o lado e no que eu puxei não sei o que ele pensou que já veio com um chute, aí no dia seguinte eu fui pra delegacia, falei: não, chega! Agora não vou poder dormir em paz, ele não esperava, ele achou que eu ia aguentar muito tempo ainda”* (Maria, 42 anos).

No momento em que ela se afastou do estado de opressão/submissão, ela admitiu que havia sofrido violência e precisava de ajuda. Isso também pode significar o primeiro passo para “empoderar” e mudar o relacionamento. Para tanto, é imprescindível que ela seja bem recebida ao se afastar, e entenda corretamente seus direitos e a necessidade de buscar apoio social, familiar, jurídico e psicológico para se livrar da situação de violência (ARAÚJO, 2008).

A relação conjugal é permeada inicialmente por insultos, humilhações, intimidações, provocações mútuas, gerando conflitos e tensão. Em seguida, há uma necessidade de confirmação da depreciação e inferiorização da mulher adicionados de ameaças de violência até a confirmação do episódio agudo do fenômeno (LUCENA et al., 2016, p. 4).

Com isso, Maria atualmente faz terapia, tanto ela quanto o filho mais novo, que presenciou diversas brigas e sobre essa nova fase e esse processo psicoterapêutico ela nos disse o seguinte:

- *“[...] muito sentimento de culpa, quando a gente sai de um relacionamento desse a gente acha que a gente é a culpada de tudo e não é, a terapia faz te ver um outro lado, você volta a viver, a psicóloga me ajudou a ver e esclarecer.*

Meu aniversário foi agora no dia 13 de abril e no dia 10, nossa! Minha casa encheu de amigas, como é bom você não precisar se diminuir para caber na vida de ninguém, foi tudo muito natural, rimos muito, ali eu vi que tem muita gente que gosta da gente, que a minoria não deve levar em conta (Maria, 42 anos).

- “É a base de uma vida nova. Eu tive compulsão alimentar por conta disso, crise de ansiedade, aí tanto tempo que vai de sessão, eu achando que era umas 4, mas 20 anos nessa situação, vai uns 4 a 5 anos de terapia. Ela falou brincando (a psicóloga) “você acha que 20 anos tira em 2 ou 3 sessões?” (risos) Aí eu chorei, mas tudo coopera para o bem” (Maria, 42 anos).

- “[...] é muito difícil, tem vezes que vou lá e só choro, porque tenho muita dificuldade de falar das minhas dores, mas olha aí, acho que tô curada porque tô falando com vocês (risos)” (Maria, 42 anos).

Além disso, perguntamos como ela via antes de colocar um final nesse relacionamento e como ela se vê agora:

- “Uma mulher que vivia muito tempo no cativeiro, eu falo cativeiro porque eu não vivi, eu fiquei inerte durante esse tempo, eu nem existi, e hoje não, vish, outra coisa, outro nível. É claro que no começo eu senti muito pavor de ficar sozinha, mas tá sendo maravilhoso eu ter minha companhia (risos), é melhor você estar sozinha do que mal acompanhada” (Maria, 42 anos).

Conforme Maria ia nos relatando sobre essa nova fase em sua vida era extremamente notório a sensação que ela transmitia de alívio por ter colocado um ponto final nessa parte da sua história, seja em suas gargalhadas ou até mesmo em palavras. Maria nos trouxe que apesar de todas as suas dores ainda havia esperança de reescrever sua vida com mais leveza. Segundo Monteiro (2012, p. 22) “o ritmo do trabalho feito com mulheres vítimas de violência, muitas vezes, é mais lento, e marcado por altos e baixos”. Frente a esse ciclo de violência que a vítima mulher sofre verificamos a importância da participação e da atuação do psicólogo para dar suporte, escuta e acolhimento, com objetivo de intencionalizar intervenções, que possibilitem ao sujeito reflexões e autonomia.

- “Hoje eu vivo em paz, não há dinheiro que pague a paz!” (Maria, 42 anos).

Narrativa 2: Elisa Sánchez Loriga

Elisa Sánchez Loriga foi o nome fictício dado a uma das personagens do longa-metragem *Elisa y Marcela* (2019), baseado em fatos reais, o qual retrata a história do primeiro casamento homoafetivo realizado por uma instituição religiosa entre duas mulheres, ainda que em meio a um turbilhão de acontecimentos, no qual Elisa veste-se de homem para

enfim se casar com sua companheira, Marcela Gracia Ibeas. A história acontece em 1901 na cidade espanhola de La Coruña, onde Elisa se passa por Mário na ocasião. Mesmo depois de descobertas, o casamento nunca chegou a ser anulado, sendo considerado o primeiro casamento homoafetivo realizado pela igreja na história (ELISA; MARCELA, 2019).

Para análise da segunda narrativa desta pesquisa iremos também utilizar os nomes fictícios atribuídos a Elisa (participante) e Marcela (sua companheira) nesta história, a fim de preservar e assegurar o sigilo quanto a identidade da participante, e também correlacioná-la a compreensão dos relacionamentos homossexuais, como também sendo um casal estável na configuração familiar, ainda que carregado de preconceitos e dificuldades para se estabelecerem cultural e socialmente numa sociedade heterocêntrica (DA LUZ; GONÇALVES, 2014).

Elisa de nossa história é uma mulher de 30 anos, natural de Minas Gerais, três filhos, atualmente desempregada, que veio para Mato Grosso em busca de melhores condições de vida e para viver com sua companheira Marcela, desde fevereiro deste ano, a qual conheceu pela internet através de alguns amigos em comum. Elisa conta sobre sua história, em tempo que analisa sua vida como um todo, contrapondo o passado e o presente, como Gebara (2005, p. 18 apud RAGO, 2011, p. 5) revela “[...] É deste lugar que tento voar em direção ao meu passado e fazer uma reflexão sobre o presente. O passado não tem as mesmas cercanias, a mesma música, as mesmas vozes, o mesmo cheiro do presente”. Ainda para a autora esse processo de contar a própria história se inscreve no propósito de ser “dispositivos biopolíticos de produção das individualidades, recusando a normatividade insistentemente imposta sobre nossos corpos” (p. 4). Elisa diz sobre a violência doméstica sofrida:

- *“Eu nunca imaginei, porque eu já não me envolvo mais com homem por medo mesmo, aí agora acontece com ela. Muita gente acha que isso acontece só com homem, mas não é não. Às vezes, com mulher é mais difícil ainda”* (Elisa, 30 anos).

O que Elisa traz em sua fala pode ser referenciada com a afirmação dos autores Da Luz e Gonçalves (2014, p. 90), “Mas o que evidenciamos aqui é o fato de que essa violência não se dá, necessariamente, entre homem-dominador e mulher-dominada. Numa relação conjugal lésbica, por exemplo, uma mulher pode assumir o papel de dominador (violento) e a outra, o papel de vítima”. Em sua narrativa relata não encontrar apoio familiar, pois os mesmos não a aceitam. Diz ainda sobre não ter vivido nenhum tipo de violência depois de

adulta, somente enquanto criança e que se absteve de relacionamentos durante um certo tempo por medo dessas situações, como podemos ver em seu próprio discurso:

- *“Já passei uns maus pedaços na minha infância e adolescência, então, fiquei um bom tempo fechada, aí quando eu decidi me abrir um pouco, confiar em alguém, acontece isso. Não sei o que eu vou fazer mais não... Quando eu vim pra cá eu falei pro pessoal. Eu tô aqui sem saber o que fazer agora. Não conheço ninguém aqui, ninguém mesmo”* (Elisa, 30 anos).

Conforme Da Luz e Gonçalves (2014, p. 91) “sem a presença de familiares e amigos, a violência pode acontecer com maior facilidade e recorrência”, porque ao se deparar em uma situação de violência doméstica num relacionamento gay, a mulher se vê desprotegida, uma vez que os relacionamentos homossexuais não são reconhecidos socialmente, e com isso carregam diversos limites quanto às possibilidades de ajuda, tendo que buscar auxílio informal, muitas vezes, com pessoas próximas (DA LUZ; GONÇALVES, 2014). Quando questionada sobre quando foi que constatou que não daria mais para viver em um relacionamento assim, responde:

- *“Quando isso aconteceu com a pessoa até sóbria, que foi da última vez... do nada, não sei se é porque tá numa abstinência, porque não tinha dinheiro pra comprar a droga, então chegou brigando do nada, começou a bater na filha primeiro, de soco e pontapé. Eu fui entrar no meio pra separar, porque se não ia machucar a menina, aí acabei levando também [...]. Não sei o que acontecia na rua que era descontado na gente, pra mim não dava [...]* (Elisa, 30 anos).

Em outros momentos ainda discorre sobre sua condição de mulher, alegando nunca ter dado motivos para tais agressões acontecerem, numa tentativa de procurar argumentos que justificassem ter passado por tal violência. Implicações essas advindas dos discursos normalizantes do que se espera de uma “boa” mulher e o que essa pode/deve fazer ou não. Como diria Foucault um assujeitamento dos corpos nas relações de poder (*apud* RAGO, 2011).

- *Eu não consigo explicar porque que isso acontece não, parece que quanto mais quieta a gente é mais... nem sair de casa eu saía, ainda mais nessa época de pandemia, não saía de casa, ficava só em casa com as crianças o tempo todo, nunca dei motivo pra isso, no entanto levava assim mesmo”* (Elisa, 30 anos).

Reafirmando em um outro momento: “[...] Nem com os vizinhos de lá eu fiz amizade, ficava só dentro de casa mesmo” (Elisa, 30 anos). De acordo com Foucault (1984a, 1985) as

experiências calcadas na obediência a códigos de regras se pautava na ideia de moral civilizatória de um regime estabelecido na antiguidade para serem/darem exemplos aos demais e uma única vivência como sendo possível, extinguindo a diversidade existente entre os indivíduos, colocando-os sob controle, dentro de um mesmo molde. Traz ainda *a posteriori* os conceitos de "*estéticas da existência*" ou "*artes do viver*" se referindo ao ser belo que "significava ser temperante, ser capaz de agir com autonomia, ou, em outras palavras, não ser escravo de um outro" (*apud* RAGO, 2011, p. 8). Na sequência, Elisa fala sobre as agressões vividas:

- "[...] bateu em mim como se fosse um homem mesmo, de soco, mesmo na frente das crianças [...] na hora que vê o sangue escorrendo parece que aí é que dava vontade na pessoa de bater mais ainda" (Elisa, 30 anos).

Em concordância com Castro (2006 *apud* DA LUZ; GONÇALVES, 2014, p. 90) "o heterossexismo condiciona a adoção excludente de modelos estéticos e comportamentais heterossexuais, o que pode se constituir em fonte adicional de tensão e conseqüente violência entre os pares". Ainda para Foucault (1984, 1985, 1994a *apud* RAGO, 2011), a escrita de si torna-se uma tecnologia, a qual o sujeito passa a enxergar-se, pois ao narrar sua própria história é capaz de perceber em sua fala a identificação de sua subjetividade, proporcionando a prática de liberdade e não mais de sujeição a padrões heteronormalizadores outrora estabelecidos, objetivando, assim, a transformação e construção subjetiva e identitária do indivíduo.

Conforme Rago (2011) na produção dos discursos o sujeito fala sobre si, e ao contar sua história, diz sobre suas relações e sobre o meio em que vive. Narrar "implica um entrelaçamento com as experiências sociais e com as vivências cotidianas em que figuram múltiplos personagens" (p. 7), pois "falar da própria subjetividade, fazê-la emergir na escrita aponta, portanto, para uma dimensão política de luta pelo direito de existir em sua própria singularidade" (RAGO, 2011, p. 15).

Em suma, os autores finalizam defendendo a necessidade de se pensar a violência doméstica para além do modelo binarista e heteronormativo, de modo que as ciências humanas e sociais estejam implicadas na luta pela conquista e garantia de direitos, delimitando estudos mais específicos sobre as dinâmicas já estabelecidas, mas também e, principalmente, nas que estão continuamente sendo construídas. Pois, ao inserir nas agendas sociais e políticas pautas como essas, podem surtir efeitos que minimizem os preconceitos, desigualdades, dicotomias e estigmas para a comunidade LGBTQIA+ e para que se alarguem

os debates quanto a pluralidade de existências múltiplas e singulares, objetivando assistir essas minorias no que se referem a políticas sociais e políticas públicas eficientes (DA LUZ; GONÇALVES, 2014).

Narrativa 3: Frida Kahlo

Para a análise desta narrativa e a garantia do sigilo atribuímos o nome fictício de Frida Kahlo, que além de ser reconhecida mundialmente como uma figura de grande renome no âmbito artístico devido suas obras, também foi uma personagem de tamanha relevância para o levantamento de discussões sobre relacionamentos conturbados, em tempo, abusivos, pois o seu relacionamento com Diego Rivera, seu parceiro e também artista, foi marcado por traições. Sendo esses os nomes que também atribuímos aos protagonistas desta história (NICOLETE, et al., 2020).

Neste sentido, o relacionamento de Frida começou há três anos, ainda em sua cidade natal, no Estado brasileiro do Amazonas, onde se conheceram e depois de três meses estabeleceram uma relação amorosa. A princípio ela conta que Diego era uma pessoa tranquila e que não tinha do que reclamar, mas a situação começou a piorar quando ela descobriu as traições por parte do companheiro, como narra:

- “No começo não tinha nada que reclamar, ainda bem! Bem parceiro, aí depois já não se importava, não ligava, esfriou assim, mas no começo eu não tenho nada a reclamar, depois de toda a descoberta de traição já não era a mesma coisa, era bem diferente (Frida Kahlo, 33 anos)”.

Desse modo, os dois se relacionaram durante dois anos em sua cidade natal, mas romperam devido às traições e mentiras por parte do Diego, além de agressões, nas quais ele sempre estava sob o efeito de álcool. Após esse primeiro término da relação, Frida conta que ele apareceu prometendo que dessa vez tudo seria diferente, a convidando para acompanhá-lo em seu trabalho, como motorista de caminhão, já que o mesmo vivia/morava dentro do próprio veículo, pois estava sempre viajando à trabalho, e como os autores Narvaz e Koller (2006, p.8) pontuam a “violência conjugal pode ocorrer tanto no espaço doméstico quanto no espaço urbano”, neste caso o espaço ampliou-se para a cidade.

Sendo assim, é válido salientar que segundo Hirigoyen (2006, apud MONTEIRO, 2012) essa fase é muito comum dentro das relações de violência e é denominada como a terceira fase, dentro do ciclo de violência, mais conhecida como a “fase de desculpas”, a qual

o autor reconhece o seu erro e tenta diminuir a gravidade da situação culpando as circunstâncias externas à ele, como por exemplo, a bebida alcoólica trazida na narrativa de Frida, o qual promete não mais beber, na tentativa de manter a relação entre os mesmos:

- “[...] aí passado uns seis meses a oito meses, agora recente da separação ele entra em contato. A gente começou a conversar novamente, aí ele pediu para mim vir para cá dar uma nova chance de tentar né, que tudo ia ser diferente ia parar com a bebida, cigarro, e eu vim tentar novamente” (Frida Kahlo, 33 anos).

Segundo Narvaz e Koller (2006) alguns fatores como o abuso de substâncias alcoólicas, dependência financeira e a repetição nesse tipo de relação, contribuem para a prevalência de casos de violência, reforçando cada vez mais o fenômeno e reduzindo a possibilidade dessa vítima em encontrar novos recursos para lidar e se reinventar perante a vida. Os autores ainda definem como violência doméstica “as formas de violência física, violência sexual e violência emocional ou psicológica” (p. 8) cometidas pelo parceiro íntimo da vítima, ainda que esse relacionamento afetivo e sexual não seja legalmente reconhecido (NARVAZ; KOLLER, 2006).

De acordo com Narvaz e Koller (2006, p.9) “O medo e a insegurança causado pela violência psicológica impetrada pelo parceiro abusivo também parecem desempenhar importante papel nesta dinâmica”, sobre a violência psicológica sofrida Frida acrescenta:

- “Essa de “ah, eu vou te matar, eu vou te enterrar” [...] só sei que ele ia me enterrar de cabeça pra baixo, mas que entendi que ele ia me machucar, mas eu ia viva, ia sofrer ali dentro” (Frida Kahlo, 33 anos).

Sobre sua relação com a família e filhos, disse ter tido pouco contato, pois Diego dificultava essa relação. Os autores citam “mulheres vítimas de violência geralmente estão isoladas da rede de parentesco e da comunidade, o que facilita o controle do agressor sobre a vítima” (Narvaz; Koller, 2006, p. 10), pois para que a ruptura ocorra é necessário a articulação da rede, seja ela familiar/apoio ou de assistência. Vejamos isso em sua própria narrativa:

- *Desculpa, mas eu vou ter que descer, eu tenho que ver meus filhos, eu estou com saudade da minha mãe, minha mãe precisa de mim! Aí ele: “não, vamos deixar para próxima! Quando a gente vir você vai. (Frida Kahlo, 33 anos).*
- *“Eu queria entender, porque tudo aquilo, porque me tirar de perto dos meus filhos da minha família, onde eu estava bem e fazer eu passar por tudo isso” (Frida Kahlo, 33 anos).*

Frida durante seu discurso ainda contou sobre a descoberta quanto as fotos e vídeos íntimos que Diego fazia dela, os quais alega antes não ter tido conhecimento sobre, além do alto consumo de conteúdos pornográficos, inclusive com adolescentes. A pornografia é considerada uma dentre os vários tipos de violência doméstica, como define Pinto (2019) “é uma forma de violência moral, contra a honra e de cunho sexual, que envolve o registro ou divulgação, sem consentimento ou com consentimento, de cenas de intimidade sexual de uma pessoa” (p. 682). Abaixo segue a fala de Frida sobre a questão:

- *“Quando eu vi o celular dele, tinha fotos minhas íntimas de calcinha. Assim, como era meu marido, eu não tinha aquela mania de dormir com roupas íntimas [...] Dormia pelada. Tem vídeos, fotos que eu dormia, então tomava remédio de ansiedade ele é muito forte então só questão de 5 minutos dormia e já acordava no outro dia [...] Vídeos pornôs, pesquisas de XVídeos, conversa de menina de 15 anos... eu chamei ele em um momento de monstro, porque eu tenho uma menina de 17 anos. Comecei a pensar se eu tivesse... se ela tivesse morando comigo, porque ela sempre morou com minha mãe e comigo. Eu pensei assim, se um cara que assiste gravações de meninas menores com homens mais velhos, tem fotos minhas íntimas, o que que ele não era capaz (Frida Kahlo, 33 anos).*

Ainda assim, podemos observar certas ambivalências, quanto a posição de submissão e resistência, porque Frida mesmo vivendo toda essa situação encontra em si recursos para um posicionamento, saindo da sua zona de “passividade” como defendida em diversos estudos encontrados sobre o tema, e realiza a denúncia contra Diego. Nesse sentido, também é possível observar alguns avanços quanto à assistência voltada a essas mulheres, que justamente por causa desse movimento de resistência frente a problemática social, pôde ser criada intervenções e políticas sobre o fenômeno da violência, como a criação das Delegacias Especializadas no Atendimento à Mulher (DEAM) na década de 80 para ofertar atendimento integral às vítimas, sendo a medida protetiva um recurso desta (NARVAZ; KOLLER, 2006). Sobre a resistência mencionada, vimos na fala de Frida:

- *Já estou indo pra casa, curtir, tentar me matricular de novo. Como eu perdi o curso de volta, falta pouco para terminar (Frida Kahlo, 33 anos).*
- *Alívio de rever novamente meus filhos ficar perto da minha família, alívio é o que tenho hoje porque por mais que você, assim está em um lugar, sem o amparo de está perto de pai e da mãe é, mais difícil de levar né você fica pensando mil e uma coisas porque eu nem poderia estar aqui conversando, poderia tá, ele ter me matado, não está dando depoimento nenhum é isso aí, e curtir o momento agora né está perto dos meus filhos (Frida Kahlo, 33 anos).*

Em síntese, ainda o que se têm como análise para esta narrativa é o encontro da ciência com o cotidiano dessas mulheres, a partir de suas narrativas livres, as implicações de gente dentro da pesquisa, fugindo da neutralidade e revelando outras formas de se fazer ciência que não apenas a nos moldes positivistas e controlador, a qual amplia a perspectiva quanto ao nosso objeto de pesquisa, e entendendo esse como um ser múltiplo e singular, permitindo que estas contêm suas próprias histórias e que dessas sejam protagonistas e possam dizer de si, quando outrora só lhes restavam o silêncio e a submissão, sendo não apenas parte, mas o todo, como apontam os autores Batista et al., (2014, p. 102) “o trabalho com conversas no cotidiano implica posicionar as pessoas participantes como protagonistas na construção do conhecimento”.

Considerações Finais

Neste trabalho, de orientação teórico-metodológica a partir dos aportes feministas e foucaultianos, apresentamos narrativas de mulheres em situação de violência intrafamiliar no contexto da pandemia, tentando dar visibilidades de como as violências influenciam nas modulações da subjetividade feminina, no contemporâneo. Entendemos que o processo subjetivador se desenvolve por meio de diversas práticas discursivas e não-discursivas e é produzido por tecnologias de saberes, como economia, biologia, psiquiatria, medicina, direito, psicologia; assim como, entre as relações de saber/poder engendradas como jogos de verdade específicos e históricos sobre as técnicas que utilizamos e com as quais nos relacionamos em sociedade para compreendermos a nós mesmos e nossas relações com o outro (FOUCAULT, 1990).

Historicamente, o sujeito mulher e seu desejo tem se constituído de forma complexa e como objeto de desejo do outro. As produções discursivas em torno da mulher, dos seus corpos e prazeres agenciavam/agenciam proibições e estratégias de reprodução de um corpo social e biológico não-desejante e obediente às diversas instituições: sociais, religiosas, culturais, científicas e jurídicas. A sexualidade feminina tem sido vinculada, por um lado, a procriação e para a qual o orgasmo feminino não se faz necessário e, por outro, ao discurso medicalizador que coloca a subjetividade feminina em um corpo enfermo e histérico, constructos performados por dispositivos de saber que produzem modos de subjetivação normativas e práticas discursivas que as mulheres não desejam e devem ser submissas a lógica simbólica machista (RAGO, 2006).

É nesse sentido que a mulher, e tudo que ela performa, é responsável pela tomada de consciência da natureza das socialidades e materialidades violentas existentes, que permeiam a vida cotidiana e habitam o ideário da sociedade, o que contribui no enfrentamento das práticas violentas ou não. Por isso, utilizamos as narrativas como técnicas de produção de dados, numa tentativa de rompimento com as relações de saber/poder que se inscrevem sobre as mulheres, dizendo por elas. Segundo Rago (2011), as histórias de vida se tornam relevantes em uma pesquisa feminista porque permitem a elaboração do próprio eu, escapando dos dispositivos de saber/poder “de produção das individualidades, recusando a normatividade insistentemente imposta sobre nossos corpos, quanto a construção de uma nova relação com o outro, já que narrar a própria vida é também uma forma de abrir-se a um outro” (p. 04).

Trazemos três narrativas de mulheres que, apesar das violências sofridas, emergem nos discursos como três vozes resistentes. Compreendemos que, ao possibilitar um espaço para elas pudessem (re)contar histórias de si, este ato pode ser um trabalho militante que convida às mulheres a refletirem sobre sua própria existência, as relações de poder vividas por cada um no seu cotidiano social e cultural e sobre o poder masculino, mesmo que simbólico, das instituições que nos afeta incessantemente (RAGO, 2011).

Referências Bibliográficas

ARENDT, R. J. J.; MORAES, M. O. O projeto ético de Donna Haraway: alguns efeitos para a

pesquisa em psicologia social. **Pesquisas e Práticas Psicossociais**, v. 11, n. 1, p. 11-24, 2016.

ARAUJO, Maria de Fátima. Gênero e violência contra a mulher: o perigoso jogo de poder e dominação. **Psicologia para América Latina**, México, n. 14, out. 2008. Disponível em <http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1870-350X2008000300012&lng=pt&nrm=iso>. acessos em 06 maio 2021.

BANDERA, L. M. Violência de gênero: a construção de um campo teórico e de investigação. **Revista Sociedade e Estado**, v. 29, n. 2, p. 449-469, 2014.

BARBOSA, Jeanine Pacheco Moreira et al. Interseccionalidade e outros olhares sobre a violência contra mulheres em tempos de pandemia pela covid-19. 2020.

BARBOSA, M. D.; BORGES, P. C. C. Feminismo, gênero e os alcances da lei Maria da Penha. **Revista de Direitos Humanos e Efetividade**. Brasília, v. 2, n. 1, p. 207-227, 2016.

BATISTA, Neiza Cristina Santos; BERNARDES, Jefferson; MENEGON, Vera Sônia Mincoff. Conversas no cotidiano: um dedo de prosa na pesquisa. **Spink MJ, Brigagão J, Nascimento V, Cordeiro M, organizadores. A produção de informação na pesquisa social: compartilhando ferramentas. Rio de Janeiro: Centro Edelstein de Pesquisas Sociais**, p. 98-123, 2014.

BRASIL. **O que Você Precisa Saber: O que é COVID-19**. Brasília, DF: Ministério da Saúde, 2020. Disponível em:

<<https://coronavirus.saude.gov.br/sobre-a-doenca#o-que-e-covid>>. Acesso em: 21 mai. 2020.

_____. Resolução CNS nº 466 de 12 de dezembro de 2012. **Dispõe sobre diretrizes e normas regulamentadoras de pesquisas envolvendo seres humanos**. Brasília, DF: Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil, Brasília, DF. Disponível em: <<https://conselho.saude.gov.br/resolucoes/2012/Reso466.pdf>>. Acesso em: 17 dez. 2020.

COLLIOT-THELENE, Catherine. O conceito de política posto à prova pela mundialização. **Rev. Sociol. Polit.**, Curitiba, n. 12, pág. 7-20, junho de 1999. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-44781999000100001&lng=en&nrm=iso>. acesso em 11 de maio de 2021.

<https://doi.org/10.1590/S0104-44781999000100001>.

DA LUZ, Rafael Reis; Gonçalves, Hebe Signorini. Violência doméstica entre casais homossexuais: a violência invisível. **Bagoas-estudos gays: gênero e sexualidades**, v. 8, n. 11, 2014.

DAVIS, Angela. **Mulheres, cultura e política**. Boitempo Editorial, 2017.

DE BEAUVOIR, Simone. **O segundo sexo**. Nova Fronteira, 1949.

ELISA Y MARCELA. Tradução: Elisa e Marcela. Gênero: Romance/drama. Direção: Isabel Coixet. **Produção Original Netflix**. Espanha. NETFLIX, 2019. SVOD/Streaming. Duração: 1h53min.

LUCENA, Kerle Dayana Tavares de et al. Análise do ciclo da violência doméstica contra a mulher. **Journal of Human Growth and Development**, São Paulo, v. 26, n. 2, p. 139-146,

2016.

FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA. **Violência Doméstica durante a pandemia de Covid-19**. 2020. Disponível em: <
<https://forumseguranca.org.br/wp-content/uploads/2018/05/violencia-domestica-covid-19-v3.pdf>>. Acesso em 27 out de 2020.

FOUCAULT, M. **Tecnologías del yo y otros textos afines**. Barcelona, Buenos Aires e México: Paidós Ibérica, 1990.

_____. **A Arqueologia do Saber**. 7 ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2008.

_____. **A ordem do discurso**: aula inaugural no Collège de France, pronunciada em 2 de dezembro de 1970. São Paulo: Edições Loyola, 2012.

_____. **Arqueologia das Ciências e História dos Sistemas de Pensamento**. Coleção Ditos e Escritos II. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2000.

_____, M. (1982). Uma entrevista: Sexo, poder e a política de identidade. Entrevista com B. Gallagher e A. Wilson, Toronto, junho de 1982. **Body Politic**, 400, 26-30 e 58. Trad. Wanderson Flor do Nascimento.

GIL, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

GOMES, N. P. et al. Identificação Da Violência Na Relação Conjugal A Partir Da Estratégia Saúde Da Família. **Texto Contexto Enferm**, Florianópolis, p. 789-796, 2013.

GURGEL, Telma. Feminismo e luta de classe: história, movimento e desafios teórico-políticos do feminismo na contemporaneidade. **Seminário Internacional Fazendo Gênero**, v. 9, p. 1-9, 2010.

LEACHE, P. A.; LLOMBART, M. P. i. Ariadna danza: lecturas feministas de Michel Foucault. **Athenea Digital**, n. 9, p. 100-130, 2006.

MONTEIRO, C. F. S.; SOUZA, I. E. de O. Vivência da violência conjugal: fatos do cotidiano. **Texto & Contexto-Enfermagem**, v. 16, n. 1, p. 26-31, 2007.

MONTEIRO, F. S. **O papel do psicólogo no atendimento às vítimas e autores de violência doméstica**. 2012. 63f. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em 7 Psicologia) - Faculdade de Ciências da Educação e Saúde do Centro Universitário de Brasília - UniCEUB.

NARVAZ, M.; NARDI, H. C. Problematizações feministas à obra de Michel Foucault. **Revista Mal-Estar e subjetividade**, v. VII, n. 1, p. 45-70, 2007.

_____. Martha Giudice; KOLLER, Sílvia Helena. Mulheres vítimas de violência doméstica: compreendendo subjetividades assujeitadas. **Psico**, v. 37, n. 1, p. 8, 2006.

NICOLETE, J.N.; ACEVEDO, M. A. C.; CRAVEIRO, C. F. Frida Kahlo: uma trajetória de marcas, dores e cores. **Rev. Humanidades e inovação**, v.7, n. 5, 2020.

NOBRE, M. T.; BARREIRA, C. Controle social e mediação de conflitos: as delegacias da mulher e a violência doméstica. **Sociologias**, n. 20, p. 138-163, 2008.

PINTO, Céli Regina Jardim. Feminismo, história e poder. **Revista de sociologia e política**, v. 18, n. 36, p. 15-23, 2010.

PINTO, M. R. C. Vingança Pornográfica Como Uma Das Formas De Violência Doméstica E Familiar Contra A Mulher. **Revista de Iniciação Científica e Extensão da Faculdade de Direito de Franca**, v. 4, n. 1, 2019.

RAGO, M. Foucault, a subjetividade e as heterotopias feministas. In: SCAVONE, L.; ALVAREZ, M. C.; MISKOLCI, R. (Coords.). **O legado de Foucault**. São Paulo: Ed. Unesp, 2006, p. 1-16.

_____. A aventura de contar-se: Foucault e a escrita de si de Ivone Gebara. In: SOUZA; L. A. F. de; SABATINE, T. T.; MAGALHÃES, B. R. de. (Orgs.). **Michel Foucault: sexualidade, corpo e direito**. Marília: Oficina Universitária; São Paulo: Cultura Acadêmica, 2011, p. 1-18.

SCARANTO, C. A. A.; BIAZEVIC, M. G. H.; MICHEL-CROSATO, E. Percepção dos agentes comunitários de saúde sobre a violência doméstica contra a mulher. **Psicol. Cienc. Prof.**, v. 27, n. 4, p. 694-705, 2007.

SILVA, S. G. da. Preconceito e Discriminação: as bases da Violência contra a Mulher. **Psicologia Ciência & Profissão**, v. 30, n. 3, p. 556-571, 2010.

SUDÁRIO, S.; ALMEIDA, P. C. de; JORGE, M. S. B. Mulheres vítimas de estupro: contexto e enfrentamento dessa realidade. **Psicologia & Sociedade**, v. 17, n. 3, p. 80-86, 2005.